

O Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Desconstrução da Centralidade do Trabalho

Pedro Antonio Vieira
Helton Ricardo Ouriques¹

“Trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar a riqueza social e suas misérias individuais, trabalhem, trabalhem para que, ficando mais pobres, tenham mais razões para trabalhar e tornarem-se miseráveis. Essa é a lei inexorável da produção capitalista” (Paul Lafargue).

Resumo

Considerando que, como nós o conhecemos, o trabalho é uma invenção do capitalismo, este texto procura mostrar que, através da necessidade imperiosa de acumular trabalho excedente, o próprio capital desenvolveu os meios técnicos que diminuíram e diminuirão ainda mais a quantidade de trabalho vivo necessária à produção. Defenderemos aqui o argumento de que estamos sendo partícipes, conscientes ou não, do início de uma época prevista por Marx nos *Grundrisse*, qual seja, aquele período da história em que o tempo disponível (ou tempo livre), e não o tempo de trabalho, passaria a ser a medida da riqueza. O texto apresenta também cinco importantes enfoques sobre a questão do trabalho na atualidade.

Palavras-chave: centralidade do trabalho, capitalismo, ciência e tecnologia.

Abstract

Taking into consideration that work, as we have come to know it, is an invention of capitalism, the present paper seeks to demonstrate that through the pressing need to accumulate surplus work, capitalism has developed technical means which have decreased the amount of human work necessary for production. It is our contention in this paper that we are participating, consciously or not, in the beginning of an era foreseen by Marx in the *Grundrisse* – the period in history in which leisure time, and not work time, would be taken as the measure of wealth. The paper also presents five important perspectives on the issue of work in present-day society.

Key words: work centrality, capitalism, science and technology.

¹ Professores do Departamento e da Pós-Graduação em Economia da UFSC. Correios: pavieira@cse.ufsc.br e helton@cse.ufsc.br

1. Introdução

Inicialmente, reproduzimos aqui o alerta feito recentemente por Domenico De Masi (1999): "como trabalhadores, como desempregados, ou como pais de desempregados, de uma maneira ou de outra, estamos 'dentro' do problema da **falta de trabalho**" (p.6) (grifos nossos).

Além deste aspecto que impediria uma avaliação serena da questão do trabalho, pelos menos outros dois fatores dificultam uma abordagem mais ousada do tema: 1) sob o domínio do capital, ao longo dos últimos 200 ou 300 anos, as atividades produtivas genericamente denominadas trabalho deixaram de ser vistas como **meios de obtenção de valores de uso**, para se constituírem, além de fontes de mais valia, em meios de obtenção de prestígio moral e de identidade social.² Daí que a crítica a esta *nobilíssima* atividade provoca as mais emotivas reações, como se ameaçasse as bases morais e éticas do edifício social e mesmo da própria existência humana. Na verdade, para muitos de nós, o trabalho passou a ser visto como parte constitutiva da própria humanidade; 2) porque beneficiam-se diretamente dela, os interesses daqueles cuja posição social se fundamenta na exploração das forças de trabalho, são de fato os mais ameaçados com as críticas à ideologia do trabalho.

Feitas estas considerações, podemos passar ao conteúdo deste texto, que tem dois objetivos: 1) apresentar as principais correntes interpretativas sobre o trabalho (seção 2); 2) submeter ao debate a tese de que o prosseguimento do desenvolvimento científico e tecnológico e a conseqüente diminuição do trabalho vivo na produção de mercadorias constituem um forte desafio à centralidade teórica e prática do trabalho (seção 3). Finalmente, na seção 4, tecemos nossas considerações e indagações finais.

2. Cinco posições diante da questão do trabalho

Mesmo sabendo dos riscos inerentes a qualquer taxonomia, nesta seção nos arriscamos a identificar, ainda que em linhas gerais, os mais importantes pontos de vista sobre o trabalho. Podemos perceber cinco enfoques, que se distinguem não apenas pelo

² “A antiga hierarquia entre atividades “inferiores” e “superiores”, entre meros afazeres úteis ou necessários e manifestações significativas de vida (que se reflete na maior parte das línguas européias através da qualidade de conceitos como *ponos/ergon*, *labor/opus*, *labour/work*, *Arbeit/Werk*, *trabalho/obra*), foi nivelada e até mesmo invertida em conseqüência do triunfo da reforma teológica, das construções teóricas político-econômicas e da revolução burguesa” (Offe, 1989:14)

diagnóstico, quanto pelas soluções que propõem. Como o leitor poderá observar, optamos não fazer observações críticas às argumentações dos representantes de cada uma dessas correntes.

2.1. O Enfoque Social Democrata

Interpretando os atuais níveis de desemprego como decorrentes das inovações tecnológicas, de certa rigidez no mercado de trabalho e da preferência pela estabilidade em detrimento do crescimento, o enfoque social democrata continua defendendo a validade e mesmo a possibilidade de alcançar o pleno emprego, desde que sejam adotadas as medidas corretivas adequadas³.

Desde sua criação, a Organização Internacional do Trabalho tem funcionado como o principal organismo defensor desse enfoque. Suas publicações, ricas em detalhes e sólidas em fundamentação teórica e empírica, expressam historicamente o pensamento da social-democracia. No documento “*El empleo en el mundo 1996-97*” (1996), por exemplo, predomina a visão economicista, matizada pela defesa da intervenção do Estado e da necessidade de não destruir o sistema de proteção social e legal dos trabalhadores, ainda que se admita uma certa flexibilização do mercado de trabalho.

Já a publicação “*Informe sobre el empleo en el mundo 1998/1999*” reconhece a “persistencia de un fuerte desempleo y subempleo, donde la preocupación por la exclusión social que se deriva de unas oportunidades de empleo limitadas” (OIT, 1998:1). Mas, ao mesmo tempo, ao mencionar o rápido ritmo da mundialização e do progresso tecnológico e os problemas de instabilidade e dificuldades para se manter a “empregabilidade” de uma grande parte das populações ativas dos países, o texto afirma que “esas nuevas fuerzas económicas brindan nuevas oportunidades de crecimiento de la economía y de expansión del empleo” (ibidem, p.1-2). A receita proposta pela OIT é simples: “todos los países tienen que invertir más en la formación y el perfeccionamiento profesional de su fuerza de trabajo” (ibidem, p. 2).

Portanto, mesmo reconhecendo que “la situación del empleo en el mundo sigue siendo sombría, y el desempleo y el subempleo imperan en casi todos los países” (ibidem, p. 221), a OIT acredita que somente uma audaciosa iniciativa estratégica

³ Do ponto de vista das forças sociais, esta interpretação encontra ressonância nos movimentos sindicais da Europa e fora dela, como é o caso da CUT e do Partido dos Trabalhadores no Brasil.

tripartite (governos, empregadores e empregados), através dos esforços de melhor qualificação das forças de trabalho⁴ e da redução da rigidez dos mercados de trabalho, pode garantir a renovação do compromisso em prol do pleno emprego.

2.2. A Nova Esquerda ou a Social Democracia Européia Radicalizada

Para esta corrente, a intensidade da inovação tecnológica continuará diminuindo incessantemente as horas de trabalho, transformando em uma grande ilusão a promessa da criação de empregos para todos. Preocupados em impedir a progressão em direção a uma sociedade dualista, que surgiria da clivagem entre empregados e desempregados, seus mais importantes formuladores propõem novos critérios para a distribuição do trabalho, bem como a aceitação social de muitas formas de trabalho que atualmente não são socialmente legitimadas.

As idéias desta corrente alcançaram um público não acadêmico através do famoso livro *O fim dos empregos* (1996), de Jeremy Rifkin, mas seus principais teóricos situam-se na Europa e entre eles despontam André Gorz e Guy Aznar, cujas obras recentes estão dedicadas a demonstrar a necessidade e a possibilidade da superação da sociedade salarial.

André Gorz, que desde o livro *Adeus ao proletariado* (1982) vem fazendo críticas à racionalidade econômica e argumentando que foi o capitalismo quem inventou o trabalho propôs, em *Metamorfoses do trabalho* (2003), alternativas para o que ele denomina “desmoronamento” da utopia da sociedade industrial, fundamentada no trabalho. Alternativas essas centradas na redução da duração do trabalho e na criação de uma política de renda garantida para todos. Para ele, “a diminuição progressiva do trabalho com fim econômico permitirá que nela [na sociedade] predominem as atividades autônomas; o tempo livre prevalecerá sobre o tempo coagido, o lazer sobre o trabalho” (Gorz, 2003:177). Em suma, Gorz acredita que a crise atual é uma grande oportunidade, “de passar de uma sociedade produtivista ou sociedade do trabalho a uma sociedade do tempo liberado onde o cultural e o societal predominam sobre o econômico” (ibidem, p. 177).

⁴ O capítulo 8 do documento, que trata da “importância da formação”, detalha os mecanismos para se ampliar a qualificação e insiste na necessidade de os países reformarem seus sistemas de formação de trabalhadores.

Na mesma linha, porém mais pragmático, Guy Aznar, no livro *Trabalhar menos para trabalharem todos* (1995), subscrive a tese de que o trabalho em tempo integral acabou, “segundo as formas que conhecemos durante o período industrial, de 1850 a 1975” (p. 21). Para ele, temos que ter consciência que o desemprego não é um fenômeno conjuntural, “mas somente a ponta do iceberg de uma mutação de civilização que atingirá progressivamente todos os países industrializados, depois os outros, e que só está, sem dúvida, nas etapas preliminares” (ibidem, p. 17).

O que é necessário, argumenta Aznar, é nos prepararmos para essa transição, reduzindo seus danos sociais. Para tanto, ele defende a redistribuição do trabalho e do emprego. Assim, estaríamos ao mesmo tempo aumentando as possibilidades de um tempo livre e combatendo a dualidade social, relacionada ao fato de uma parte das pessoas ter trabalho em excesso e a outra não ter onde trabalhar⁵. O princípio fundamental que perpassa a argumentação do autor é estimular novas formas de ocupação e de uso do tempo, tendo como pano de fundo que o trabalho, como nós o conhecemos, não pode continuar sendo o centro das nossas vidas e nem a fonte principal dos rendimentos. Por isso, ele termina seu livro defendendo a necessidade de superar a sociedade dualista em benefício da sociedade bipolar, transformando o “viver em dois tempos” (isto é, no trabalho e fora dele, no tempo livre) um projeto de sociedade. Em suas palavras:

Em certos momentos, ser um trabalhador assalariado eficiente numa empresa de alta produtividade e participar também do saber, do poder, da relação social. Em outros, trabalhar para si próprio ou para outros, gratuitamente ou não, em atividades úteis ou não, em outro círculo de relações sociais. Em certos momentos, para algumas coisas, ir mais rápido, utilizar a técnica mais moderna. Em outros, ir lentamente, fazer à mão. (Aznar, 1995:281-2)

⁵Aznar apresenta, em detalhes, seis estratégias para a transição: 1) reduzir o tempo de trabalho sem reduzir os rendimentos; 2) a repartição do desemprego; 3) escolher por trabalhar menos, ganhar menos: a escolha do tempo parcial; 4) todos os jovens para o meio-tempo; 5) suprimir o desemprego de longa duração; 6) criar empregos. Para detalhes, ver Aznar (1995), parte II – Redistribuir o emprego.

2.3. O enfoque liberal ou o economicismo radical

Para os liberais, a questão do trabalho nem se coloca. Supõem que, uma vez dadas as condições necessárias para o livre funcionamento do mercado, as possibilidades de crescimento da produção seriam infinitas, o que teria como resultado necessário o aumento da demanda de força de trabalho. Por condições necessárias entenda-se, na atual fase do capitalismo, a completa liberalização das relações capital-trabalho, ainda que seu objetivo maior, de longo alcance, seja o fim da relação de emprego como ela veio se constituindo ao longo dos últimos 200 anos. Esta pretensão supõe que o único obstáculo à expansão ilimitada da exploração só pode ser o trabalhador. Por isso, é necessário retirar todos os impedimentos políticos e legais à completa sujeição das pessoas à tirania do capital.

Neste sentido, todas as propostas de flexibilização na contratação e no uso da força de trabalho são medidas preparatórias para a abolição do vínculo empregatício, como o demonstram neologismos do tipo "*post-job organization*", que seriam lugares onde há trabalho para ser executado e não mais organizações construídas sobre cargos ou empregos (*jobs*). A contraparte desta organização seria o "*de-jobbed worked*", aquele que "faz o que é necessário e realiza os valores e pontos de vista da organização"; e, mais importante, se *autoadministra*, procedendo como dono do negócio: "*the new self-management is acting toward the business at hand as if you had an ownership in it*" (Fortune, 19.9.1994:74).

William Bridges (1995), por exemplo, inicia seu livro afirmando que "os trabalhadores de hoje precisam esquecer completamente os empregos e procurar, em vez disso, o trabalho que precisa ser feito – e então se organizarem quanto à melhor maneira de realizar o trabalho" (p. XV). O autor argumenta que, "em lugar de empregos, há situações de trabalho em tempo parcial e temporário" (p. 1). Assim, diante do desaparecimento definitivo dos empregos, resultante das transformações tecnológicas nos processos produtivos e administrativos, caberia aos indivíduos prepararem-se para a "mudança que já aconteceu". A preparação consiste na habilitação individual dos trabalhadores para "administrarem" essa transição em suas carreiras e em suas vidas. Por isso, ele dedica boa parte de seu livro à descrição de um receituário para que o trabalhador "transforme a si mesmo num negócio"⁶.

⁶ Essa seria a "condição interna". Na parte final do livro, William Bridges vai descrever o que as organizações empresariais e a sociedade devem fazer diante do fim dos empregos.

Com um enfoque mais explicitamente anti-estatal, Béatrice Majnoni d'Intignano (1999), argumenta que a raiz do desemprego contemporâneo na França e na Europa é o próprio Estado de Bem-Estar Social:

O contexto no qual se desenvolveu esta máquina infernal [o desemprego] foi o do progresso técnico, do livre-câmbio e das crises do petróleo. Mas ela nutriu-se, antes de mais nada, da crônica fraqueza dos europeus, incapazes de adaptar rapidamente suas regras sociais e suas políticas macroeconômicas no sentido de criar empregos que respondessem às necessidades de nossa época. A combinação de salários mínimos e de rendimentos de solidariedade elevados, que diminuem ao mesmo tempo a demanda e a oferta de trabalho, pareceu essencial. (...) Enfim, e principalmente, esta ambivalente atração dos europeus e do mundo político e sindical pelos empregos estatutários atrasou a difusão do progresso técnico e a adaptação das empresas. (p. 217).

Enxergando os Estados Unidos como modelo, a autora vai criticar os benefícios sociais europeus (como a aposentadoria antes dos 70 anos), as políticas de renda mínima, as políticas de redução da jornada de trabalho (a lei das 35 horas implementadas na França na década de 1990) e, o que é mais importante, a legislação trabalhista. Como não poderia deixar de ser, termina defendendo a redução do que se chama comumente “custos” de contratação.

2.4. O neolafarguismo

Como uma homenagem a Paul Lafargue, autor de *O Direito à Preguiça*, que já no século XIX criticava o movimento operário por estar lutando por trabalho quando devia reivindicar o direito à preguiça, resolvemos denominar de “Neolafarguismo” ao movimento que, não aceitando que o trabalho tenha potencialidades emancipatórias e propõe, como fazia Lafargue, aos trabalhadores a reivindicação da libertação do trabalho.

O texto mais representativo desta posição talvez seja o “*Manifesto contra o trabalho*”, lançado em 1999 pelo grupo alemão Krisis⁷, cujo componente mais conhecido no Brasil é o sociólogo Robert Kurz.

⁷ Houve uma cisão no grupo Krisis em 2004. O grupo ligado a Robert Kurz fundou outra “entidade”, denominada Exit!. Como a publicação original foi do Krisis, optamos por mantê-lo como referência.

O tom, como convém a um manifesto, é ácido, provocativo e mesmo sarcástico. Os autores defendem a tese de que a fonte primária dos males atuais é o culto ao deus-trabalho, que não perde seus fiéis adoradores, mesmo quando, objetivamente, aumenta o desemprego. Dizem eles que “quando menos tem sentido a coerção do trabalho, mais brutalmente insere-se nos cérebros humanos que não haverá mais nenhum pãozinho de graça” (Grupo Krisis, 1999:20).

Depois de considerar o trabalho como um princípio de coerção social, de meio da dominação patriarcal e também da classe capitalista, os autores dizem que “a história da modernidade é a história da imposição do trabalho que deixou seu rastro amplo de devastação e horror em todo o planeta.” (p. 40).

Segundo os autores do Manifesto, não somente as classes dominantes são adoradoras do deus-trabalho. Também o movimento operário foi convertido à religião do trabalho: “em vez de criticar radicalmente a transformação de energia em dinheiro como um fim em si irracional, ele [o movimento operário tradicional] mesmo assumiu ‘o ponto de vista do trabalho’ e compreendeu a valorização como um fato positivo e neutro.” (p.47).

Considerando que o “trabalho não se deixa redefinir”, o Krisis qualifica como adesão ao *status quo* pretender que “a ilimitada crise da sociedade do trabalho deveria ser solucionada pela consciência social através da elevação “efetiva” das formas de atividade (trabalho doméstico, ajuda da vizinhança, etc.), até então inferiores e laterais à esfera da produção capitalista ao estado nobre de trabalho.” (p. 68) Pode-se ver que o alvo desta crítica são os autores que defendem as posições que neste texto denominamos social democracia européia radicalizada.

Para o Krisis, “o renascimento de uma crítica radical do capitalismo pressupõe a ruptura categorial com o trabalho.” (p.73) Afirmam peremptoriamente que “o monopólio de interpretação do mundo pelo campo do trabalho precisa ser rompido. A crítica teórica do trabalho ganha assim um papel catalisador” (p. 77).

A posição dos autores é explicitamente libertária:

As instituições alienadas pelo mercado e o Estado serão substituídas pelo sistema de rede de conselhos, nos quais as livres associações, da escala dos bairros até a mundial, determinam o fluxo de recursos conforme os pontos de vista da razão sensível e ecológica. Não é mais o fim em si mesmo do trabalho e da “ocupação” que determina a vida, mas a organização sensata das possibilidades comuns....” (p. 80).

2.5 A corrente marxista da centralidade do trabalho

Foi Marx quem definiu o trabalho como uma atividade natural e eterna do homem e como criador da própria humanidade. Nestes termos, o trabalho não apenas seria central no capitalismo, mas em toda a história humana. Como corolário desta proposição e seguindo a Economia Política Clássica, o *constructo* explicativo de Marx sobre a economia capitalista se sustenta na teoria do valor-trabalho. Portanto, todo cientista social ancorado em Marx é por definição um subscritor da tese da centralidade do trabalho. Na filosofia, esta proposição foi retomada por Lukács, que vê o trabalho “como um fenômeno originário, como modelo, protoforma do ser social (...).” (Lukács, 1980:IV-V, apud Antunes, 1999:136).

No Brasil, no campo da sociologia do trabalho, Ricardo Antunes é o mais eminente representante desta corrente⁸. Por isso, vamos alinhar os argumentos que ele apresenta em seus principais escritos. Desde *Adeus ao trabalho* (1995), passando por *Os Sentidos do trabalho* (1999) até *O caracol e sua concha* (2005), Antunes vem analisando as transformações no mundo do trabalho e sempre defendendo a permanência da centralidade do trabalho.

Em *Adeus ao trabalho?* (1995), Antunes apresenta cinco teses sobre o trabalho, das quais a primeira é a **negação da perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea**. A primeira diz que as tendências em curso não permitem concluir pela “perda dessa centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias” (ibidem, p. 75). Isso se deve ao fato de, segundo Antunes, esta ser uma “crise do trabalho abstrato” e não do trabalho concreto.

A segunda tese tem a ver com a distinção entre trabalho abstrato e concreto: “uma coisa é conceber, com a eliminação do capitalismo, também o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis, e que, ao fazê-lo, (auto) transforma o seu próprio criador” (ibidem, p. 82). Daí Antunes argumentar que os críticos da sociedade do trabalho pecam no essencial: “a desconsideração da dimensão essencial do trabalho concreto como fundamento (na

⁸ Sérgio Lessa é outro autor que também defende a centralidade do trabalho. Segundo ele, “o desemprego é a afirmação da centralidade do trabalho pela sua face mais negativa possível, pela sua carência. O peso objetivo, social e também subjetivo do desemprego é uma evidência bastante forte de que o trabalho continua sendo a categoria central do mundo dos homens” (FRAGA, 2005:1).

medida em que se insere na esfera das necessidades) capaz de possibilitar a base material sobre a qual as demais esferas da atividade humana podem se desenvolver” (ibidem, p. 84).

A terceira tese diz respeito à crença do autor no trabalho como a principal forma de rebeldia e contestação: “embora heterogeneizado, complexificado e fragmentado, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente do trabalho e pelo trabalho” (ibidem, p. 86). O autor acredita ainda que a classe trabalhadora é o portador da história, e que a emancipação humana se dará também pelo trabalho.

A quarta tese, como decorrência da anterior, insiste em que devemos reconhecer, “de um lado, a possibilidade da emancipação do e pelo trabalho, como um ponto de partida decisivo para a busca da omnilateralidade humana” (ibidem, p. 88). Além disso, o autor fala do enorme desafio determinado “pela existência de um ser social complexificado, que abarca desde os setores dotados de maior qualificação, representados por aqueles que se beneficiaram com o avanço tecnológico e que vivenciaram uma maior intelectualização do seu trabalho, até aqueles que fazem parte do trabalho precário, parcial, terceirizado, participantes da economia informal, da subclasse dos trabalhadores” (ibidem, p. 88).

Finalmente, a quinta tese de Antunes diz respeito ao “estranhamento”: “no que diz respeito ao estranhamento no mundo da produção, ao estranhamento econômico, ao processo de fetichização do trabalho e da sua consciência, mantém-se a enorme distância entre o produtor e o resultado do seu trabalho, o produto, que se lhe defronta como algo estranho, alheio, como coisa” (ibidem, p. 92).

Em *Os Sentidos do Trabalho* (1999), nosso autor faz um estudo mais amplo e aprofundado – tanto teórico quanto empírico – das mutações no mundo do trabalho, as quais tiveram como resultado uma “classe trabalhadora ainda mais diferenciada, entre qualificados/desqualificados, mercado formal/informal, homens/mulheres, jovens/velhos, estáveis/precários, imigrantes/nacionais etc.” (p. 199). Todas estas constatações levam-no a reafirmar sua tese:

Pelo que expus ao longo deste texto afirmando que as teses do fim da centralidade do trabalho e sua substituição pela esfera comunicacional ou da inter-subjetividade encontra seu contraponto quando se parte de uma concepção ampliada de trabalho, que o contempla tanto em sua

dimensão coletiva quanto na subjetiva, tanto na esfera do trabalho produtivo quanto na do improdutivo, tanto material quanto imaterial, bem como nas formas assumidas pela divisão sexual do trabalho, pela nova configuração da classe trabalhadora, etc.; dentre vários elementos anteriormente apresentados, permitem recolocar e dar concretude à tese da centralidade da categoria trabalho na formação societal contemporânea. (idem, p. 182)

Em *O Caracol e sua Concha – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho* (2005), livro que reúne textos publicados entre 1999 e 2004, embora reconheça que “o sistema de metabolismo social do capital necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais de trabalho parcial” (Antunes, 2005:27) e que o conjunto formado por estes trabalhadores mais os desempregados chega a uma terça parte da população economicamente ativa, nosso autor reitera a tese da centralidade do trabalho e para isso apresenta, entre outros, os seguintes argumentos:

- 1) as teses da perda da centralidade do trabalho apresentam um viés eurocêntrico, na medida em que “pelo menos 2/3 da humanidade que trabalha encontra-se no chamado *Terceiro Mundo*” (ibidem, p. 32);
- 2) a diversificação das funções e dos regimes contratuais não configuraria uma diminuição da relevância da classe trabalhadora. Ao contrário, esta enorme diversificação permite “recolocar e dar concretude à tese da categoria centralidade do trabalho, revitalizando (...) as ciências sociais do trabalho, contra a desconstrução teórica que foi realizada nos últimos anos” (ibidem, p.33);
- 3) não há uma substituição do trabalho pela ciência, ou mesmo a substituição da produção de valores de uso pelo que se chama esfera comunicacional, ou ainda a substituição da produção pela informação: “...o que se pode presenciar no mundo contemporâneo é uma maior inter-relação (...) entre as atividades produtivas e improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre as atividades laborativas e as atividades de concepção...”. (ibidem, p. 37)

Após defender que o trabalho vivo continua sendo a atividade determinante tanto da acumulação de capital quanto da vida social⁹, Antunes menciona as manifestações de trabalhadores por todo o mundo para dizer que “elas recuperam, (...) aquela que talvez seja a batalha central da humanidade hoje: a busca de uma vida cheia de sentido dentro

⁹ “Se podemos considerar o trabalho como um momento fundante da sociabilidade humana, como ponto de partida de seu processo de humanização....” (Antunes, 2005:69)

e fora do trabalho. O que mostra, em nosso entendimento, a força e a centralidade do trabalho” (ibidem, 38).

3. Uma interpretação alternativa à questão do trabalho

Nesta seção do texto, apresentaremos nosso ponto de vista sobre o tema, mostrando como o trabalho constituiu-se como fundamento da prática e da teoria econômicas; como o desenvolvimento do capitalismo implica na economia do tempo de trabalho; e como este, com o capitalismo, teve uma notável transformação: de castigo a prêmio. E defenderemos a tese de que a aplicação da ciência à produção já permitem questionar as bases teóricas e práticas da centralidade do trabalho.

3.1. O trabalho como fundamento da prática e da teoria econômicas

Segundo Claus Offe (1989), a expressão “sociedade do trabalho” parece ter sido cunhada por Ralf Dahrendorf ¹⁰ e se deve a que os grandes modelos explicativos da sociedade burguesa têm no trabalho o seu conceito basilar. Para o primeiro, “o modelo de uma sociedade burguesa voltada para a atividade econômica, dedicada ao trabalho, impulsionada por sua racionalidade e abalada pelos conflitos trabalhistas, é o centro das pesquisas de Marx, Weber e Durkheim – configurando uma clara identidade, apesar das divergências na abordagem metodológica e nos resultados teóricos.” (Offe, 1989:14)

Antes de todos os pensadores acima mencionados, Adam Smith já havia colocado o trabalho como o mais importante conceito de sua explicação do funcionamento da economia de mercado. Ele inicia sua obra máxima afirmando que “o trabalho anual de uma nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente” (Smith, 1996:59). Com tal relevância na prática econômica, o trabalho não podia ocupar um lugar menor na reflexão sobre aquela prática. Como decorrência, Smith estabeleceu que o valor das mercadorias era determinado pela quantidade de trabalho incorporada nas mercadorias

¹⁰ Uma das epígrafes da mencionada obra de De Masi (1999:4) é uma frase de Ralf Dahrendorf, na qual a expressão sociedade do trabalho parece atribuída a Hannah Arendt : “A Sociedade do desenvolvimento foi também uma sociedade do trabalho. A vida dos homens era construída em torno do trabalho (...) . Pode-se até mesmo dizer que a figura do homem trabalhador representou o ideal desta sociedade. Restamos perguntar: o que irá acontecer quando –para citar Hannah Arendt – à **sociedade do trabalho**, o próprio trabalho vir a faltar?” (grifos nossos)

ou pelo trabalho que com elas se podia adquirir ou comandar¹¹. Poder-se-ia dizer então que a Economia Política se constitui como ciência quando adota o trabalho como seu conceito basilar, o que por sua vez decorre da percepção de que a riqueza material é resultado da ação humana que transforma a natureza em coisas úteis.

Marx foi ainda mais longe. Em sua teoria social, o trabalho ocupa uma posição ímpar e não porque constitui a substância do valor. Se fosse por isso ele seria apenas um economista clássico crítico. A diferença é muito mais profunda. Para ele, o trabalho é “a atividade natural e eterna do homem” e constitui a atividade fundadora da própria humanidade, concepção esta defendida por Engels no opúsculo “*O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*”. A força explicativa do conceito de trabalho pode ser avaliada pela plêiade de conceitos dele derivados: força de trabalho¹², instrumentos e objeto de trabalho, trabalho necessário, trabalho excedente, trabalho morto, trabalho vivo, etc. O próprio trabalho, enquanto atividade, é definido por Marx (1988) de forma aparentemente tautológica, como “o uso da força de trabalho” (p. 215)¹³.

3.2. O desenvolvimento do capitalismo: economia de tempo de trabalho

A economia efetiva - poupança - consiste na poupança de tempo de trabalho (...); mas esta poupança se identifica com o desenvolvimento da força produtiva (Marx, 1978,I:236).

Na sociedade burguesa, o poder das classes dominantes provém de sua capacidade de acumular trabalho social e esta acumulação é o fim último de todos os avanços nas técnicas de produção, as quais visam a expansão ilimitada das mercadorias, seja em quantidade seja em variedade. Para alcançar este objetivo, o capital precisa aumentar o exército de trabalhadores e a quantidade de trabalho extraída de cada trabalhador. Como “único elemento não previsível do capital” (Cleaver, 1989) a classe

¹¹ A teoria do valor-trabalho tem nuances de autor para autor. Uma das muitas interpretações é a de João Bernardo (1989).

¹² A filósofa Hannah Arendt (1981:99) qualifica este conceito como “o elemento mais original e mais revolucionário” do sistema de Marx.

¹³ A proeminência do trabalho na teoria social de Marx é tão acentuada que levou Karl Dunkmann, autor de Sociologia do Trabalho, a afirmar, corretamente segundo Arendt “que o título da grande obra de Marx é inadequado: deveria ter sido System der Arbeit” (ibíd.:113)

trabalhadora reage, se rebela e obriga o capital a desenvolver os instrumentos de trabalho no sentido da automatização. Só assim, livrar-se-ia do seu inoportuno inimigo: o trabalhador¹⁴.

O desenvolvimento do capitalismo nestes 200 anos que nos separam do início da mecanização da indústria têxtil inglesa pode ser interpretado como o desenvolvimento da **autonomização**¹⁵ dos meios de trabalho frente aos trabalhadores. Sublinhe-se: não se trata apenas da difusão da máquina para auxiliar os trabalhadores. Trata-se da difusão da **automatização, da substituição do trabalho vivo**, cujo resultado é a existência, nos dias de hoje, de processos de trabalho – na indústria, na agricultura, nos serviços – em que a quantidade de trabalho vivo é muito pequena ou mesmo já é praticamente nula.

Esta possibilidade já havia sido percebida por Marx, como se pode ver na seguinte passagem dos “*Grundrisse*”:

El supuesto de esta producción es, y sigue siendo, la magnitud de tiempo inmediato de trabajo, el cuanto de trabajo empleado como el factor decisivo en la producción de la riqueza. En la medida, sin embargo, en que la gran industria se desarrolla, **la creación de la riqueza efectiva se vuelve menos dependiente del tiempo de trabajo y del cuanto de trabajo empleados** que del poder de los agentes (...) poder que a su vez (...) no guarda relación alguna con el tiempo de trabajo que cuesta su producción, sino que depende más bien del estado general de la ciencia y del progreso de la tecnología, o de la aplicación de esta ciencia a la producción (Marx, 1978, II:227/8).

Marx escreveu esta passagem entre 1857 e 1858, o que explica sua preocupação em reafirmar que o pressuposto do sistema capitalista era e continuava sendo, do mesmo modo que para Smith um século antes, “a magnitude do tempo de trabalho imediato, o *quantum* de trabalho empregado como fator decisivo na produção da riqueza”.

Mas isto se modificaria com o desenvolvimento da grande indústria. Portanto, não será razoável considerar que os monumentais avanços científicos e tecnológicos provocados pela acumulação capitalista nos quase 150 anos que se passaram desde que Marx escreveu esta passagem, estão fazendo com que “el trabajo en su forma inmediata

¹⁴ Bernardo (1991) apresenta um modelo explicativo da economia capitalista no qual coloca os conflitos sociais como motor de todo o processo de acumulação de capital.

¹⁵ O desenvolvimento desta tese encontra-se em Vieira (1995).

há cesado de ser la gran fuente de la riqueza” e por isso, “o tempo de trabalho deixa de ser a medida do valor de uso”? (ibidem, p.228).

Nos países capitalistas centrais, os elevados níveis de desemprego que, segundo alguns autores, dificilmente poderão ser diminuídos, não seriam já os sinais de uma nova fase do capitalismo, uma fase na qual “el *plustrabajo de la masa* ha dejado de ser condición para el desarrollo de la riqueza social, así como el *no-trabajo de unos pocos* ha dejado de serlo para el desarrollo de los poderes generales del intelecto humano” (ibidem, p. 228-9)?

A mais-valia da massa de trabalhadores só pode estar deixando de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, devido a que o trabalho humano vivo abstrato também está deixando de sê-lo, substituído que foi pelo trabalho passado. Em outras palavras, **o trabalho está perdendo sua centralidade**. Ou melhor, estamos diante das **condições objetivas** para que o trabalho perca sua centralidade, ou ainda, para que os homens se libertem do jugo do trabalho. Esta situação coloca então a possibilidade de escolher entre aproveitar as potencialidades tecnológicas e lutar pela superação da “ideologia do trabalho”, ou continuar submetidos a ela e continuar defendendo que o trabalho, como até agora o concebemos, deva ser a atividade central da vida.

No entanto, tal proposição parece inaceitável porque, como vimos, o trabalho foi transformado na mais nobre atividade humana. Mas o que se esconde sob esta palavra quase mágica? O que estão defendendo aqueles que se negam a retirar o trabalho do centro de nossas vidas? Na próxima seção trataremos de adiantar uma resposta a esta indagação.

3.3. A transformação das atividades laborais: de castigo a prêmio

Nesse momento, é conveniente recorrer à distinção que Hannah Arendt (1981) propõe entre os significados das palavras labor e trabalho, no capítulo intitulado “o labor de nosso corpo e o trabalho de nossas mãos”. Nesta frase de Locke, diz Arendt, “... está presente a distinção entre o artífice que trabalha com as mãos (...) e aqueles que, como escravos e animais domésticos, atendem com o corpo às necessidades da vida” (p. 90). Desde os gregos, labor (*ponos*) tem a conotação de atividade corporal destinada a atender as necessidades biológicas. Este desprezo pelas atividades que demandavam esforço físico leva a classificar como mais mesquinhas “aquelas ocupações nas quais o corpo se desgasta” (ibidem, p. 92). “Laborar”, diz a filósofa,

“significava ser escravizado pela necessidade, escravidão esta inerente às condições da vida humana” (ibidem, p. 94).

Na mesma frase de Locke, a noção de “trabalho das mãos” está se referindo àquelas atividades que exigem habilidades e conhecimentos materializados em objetos (obras de arte, edifícios, etc.) que podem ser considerados expressões da subjetividade de quem as realiza. Como este não é o caso das atividades executadas pelos assalariados, praticamente todas as atividades produtivas, que na modernidade passaram a ser chamadas de trabalho, deveriam ser equiparadas àquelas que antes eram designadas como labor e, por isso, indesejáveis. Uma vez que, em lugar de desprezíveis, essas ocupações foram guindadas ao posto de atividades nobres, é preciso explicar como foi possível esta transformação. Segundo a mesma autora,

A súbita espetacular promoção do labor, da mais humilde e desprezível posição à mais alta categoria, como a mais estimada de todas as atividades humanas, começou quando Locke descobriu que o <labour> é fonte de toda a propriedade; prosseguiu quando Adam Smith afirmou que este mesmo <labour> era fonte de toda riqueza; e atingiu o clímax no <system of labor> de Marx, no qual o labor passou a ser a origem de toda a produtividade e a expressão da própria humanidade do homem (Arendt, 1981:113).

Ao contrário desta interpretação, que parece conferir às idéias o poder de mudar a prática, pensamos que foi uma mudança na prática que levou os mencionados pensadores a transformarem o trabalho em conceito fundamental de suas teorias. Os três autores citados por Hannah Arendt são contemporâneos da subsunção das atividades produtivas à acumulação de capital e é este processo que transforma as atividades particulares em trabalho.

De fato, a expansão da produção de mercadorias é simultânea à transformação de todas as atividades humanas criadoras de valores de uso em atividades criadoras de mais valia e, portanto, sob o controle dos capitalistas. Foi esta abstração real – a transformação das atividades concretas geradoras de valores de uso em atividades abstratas produtoras de valores de troca –, que induziu a que se designasse com o vocábulo trabalho praticamente qualquer atividade humana, fazendo-se caso omissos de

suas particularidades e especificidades (quantidades e qualidades do trabalho vivo, meios materiais utilizados, resultados e relações sociais implicadas)¹⁶.

Na medida em que mais e mais atividades passaram a ser remuneradas foi-se ampliando a quantidade e a variedade das atividades designadas pelo termo “trabalho”. Assim, os afazeres diários de conservação e reprodução da vida – lavar, cozinhar, cuidar dos filhos etc. – também passaram a ser chamados de trabalho, recebendo o adjetivo “doméstico”. Até muito recentemente, quando perguntadas se trabalhavam, as donas de casa respondiam que não, muito provavelmente porque não eram socializadas pela relação de compra e venda. No entanto, a mesmíssima atividade de cozinhar, lavar roupa, cuidar de crianças, quando realizada num espaço público é remunerada e considerada trabalho. Por quê? Damos a palavra a André Gorz (1997):

Porque o “trabalho” está definido de entrada como uma atividade *social*, destinada a inscrever-se no fluxo dos intercâmbios sociais na escala de toda a sociedade. Sua remuneração testemunha esta inserção, mas tão pouco é o essencial: o essencial é que o “trabalho” preenche uma *função socialmente identificada e normatizada na produção e reprodução do todo social*. E para preencher uma função socialmente identificável, ele mesmo deve ser identificado pelas *competências socialmente definidas* que ele põe em funcionamento segundo *procedimentos socialmente definidas*. Em outros termos, deve ser um “ofício”, uma “profissão”, quer dizer, *a efetivação de competências institucionalmente certificadas segundo procedimentos homologados*.(p. 13)

Desta longa citação cabe destacar: 1) que o trabalho, como nós conhecemos (como também a idéia de trabalho), é uma construção social; 2) esta legitimação social se fundamenta no valor de troca, na obtenção de uma remuneração; 3) não depende do conteúdo da atividade, nem do que ela pode proporcionar em termos de realização pessoal e enriquecimento espiritual, mas da remuneração.

O império do critério econômico que, junto com a difusão da racionalidade capitalista, passou a servir inclusive para conferir existência social e respeitabilidade aos indivíduos, inverteu os valores que tradicionalmente eram atribuídos às diversas

¹⁶ A Economia Política estabeleceu uma distinção entre trabalho produtivo – quando resultava num valor de uso, para Adam Smith; e quando produzia mais-valia, para Marx – e improdutivo, mas sempre conservando a mesma designação de trabalho.

atividades de reprodução da vida social. Ditados populares do tipo “Deus ajuda a quem cedo madruga” ou “o trabalho enobrece” sintetizam uma ordem valorativa sem paralelos em outras sociedades:

Os gregos livres encaravam o trabalho dependente com o maior desprezo, bem como qualquer outra atividade que implicasse fadiga física, ou ainda qualquer atividade executiva. No tempo de Péricles, mesmo o mais humilde dos atenienses teria estremecido diante das palavras “executivo”, hoje em dia alardeada com vaidade por muitos funcionários. Segundo Aristóteles e Platão, se comparada à produção de idéias, toda execução de objetos materiais –até mesmo a de obras-de-arte como as estátuas de Praxíteles – representavam uma atividade de segunda ordem” (De Masi, 1999:13).

Também Offe (1989) menciona a dissolução das diferenças entre as múltiplas atividades diárias, diferenças que a utilização do termo trabalho ajudou a sepultar:

A antiga hierarquia entre atividades “inferiores” e “superiores”, entre meros afazeres úteis ou necessários e manifestações significativas de vida (que se reflete na maior parte das línguas européias através da dualidade de conceitos como *ponos/ergon*, *labor/opus*, *labour/work*, *Arbeit/Werk*, *trabalho/obra*), foi nivelada e até mesmo invertida em consequência do triunfo da reforma teológica, das construções teóricas político-econômicas e da revolução burguesa (p.14).

Esse processo de nivelamento e inversão é simultâneo a um outro não menos importante e poderoso, o processo de “diferenciação e purificação, que pela primeira vez tornou possível a personificação do trabalho na figura do “trabalhador”...” (idem). Esta abstração – o trabalhador – tão poderosa mas não menos simplificadora do que a figura do consumidor na teoria econômica neoclássica, passou a ser uma identidade social, um ator político, sobretudo quando a consciência dessa condição levava à formação de uma classe trabalhadora, a quem a tradição marxista atribuiu a missão de colocar abaixo a sociedade burguesa.

Por outro lado, ao considerar o trabalho “como condição natural e eterna do homem”, Marx não estabeleceu qualquer distinção qualitativa entre os diferentes trabalhos, o que também contribuiu para depositar esperanças libertárias e enriquecedoras em atividades sem as mínimas potencialidades para tal. Assim as potencialidades libertadoras de uma atividade “autônoma de transformação da matéria”

ou “prático-sensorial” através da “qual o sujeito se exterioriza produzindo um objeto que é sua obra” (Gorz, 1997: 11-12) foram pouco a pouco transferidas para as atividades realizadas sob a égide do capital¹⁷. Por isso, as atividades que na modernidade passaram a abrigar-se sob a palavra trabalho se assemelham muito pouco àquelas atividades autônomas e independentes que poderiam ser a expressão das potencialidades intelectuais e criativas de quem as executava.

Além deste esvaziamento de conteúdo¹⁸, o desenvolvimento do capitalismo provocou, como vimos na seção anterior, uma diminuição extraordinária do tempo de trabalho necessário à produção dos bens e serviços, que só não é mais visível devido à alienada e insana criação de novas e fictícias necessidades. Não obstante, o persistente desemprego nas economias do centro do sistema não deixa de ser um estorvo para aqueles que pretendem ignorar que a “sociedade do trabalho” começa a ruir.

4. Observações finais

Num texto exploratório como este, em lugar de conclusões, o fechamento deve conter novas perguntas, pois a apresentação em traços tão gerais de idéias que encerram tanta complexidade certamente levanta muitas dúvidas.

No que se refere ao nosso ensaio de classificação das diferentes abordagens do trabalho, não chegamos a empreender uma análise crítica de cada uma delas, mas esta lacuna de certa forma foi preenchida quando apresentamos nossa própria visão do assunto. Temos consciência de que a pesquisa precisa ser aprofundada em pelo menos duas dimensões: a teórico-empírica e a histórico-geográfica. Quanto à primeira, emergem as questões referentes à relação entre trabalho e valor, bem como quanto à fundamentação empírica do grau de automatização dos processos de trabalho. No segundo grupo, destacam-se tanto o valor simbólico quanto sócio-econômico atribuídos às atividades produtivas em diferentes tempos e espaços. Não obstante, esperamos ter levantado os argumentos que permitem fundamentar **a necessidade e a possibilidade** de um enfoque progressista sobre o trabalho, o qual consiste em desconstruir, no

⁹ “De hecho, por lo general en la actualidad (el trabajo) está desprovisto de todo aquello que lo definía para Hegel: nos es la exteriorización (*Entäußerung*) por la cual un sujeto se realiza inscribiéndose en la materialidad objetiva de lo que crea o produce” (Gorz, 1997:12)

¹⁸ No Século XX, este esvaziamento dos conteúdos do labor – que tem na divisão manufatureira do trabalho seu marco inicial – foi conscientemente promovido pelas iniciativas capitalistas denominadas taylorismo e fordismo, cujas conseqüências o próprio capital tratou de remediar com outras iniciativas denominada enriquecimento de tarefas. Ver, a respeito, Vieira (1995).

imaginário social, as idéias acerca da impossibilidade e mesmo desvantagem da vida deixar de girar em torno do trabalho. A possibilidade de tal enfoque decorre dos avanços científicos e tecnológicos gerados pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. Essa desconstrução parece ser mais fácil nas sociedades onde a ideologia do trabalho, ao mesmo tempo causa e consequência da expansão do capitalismo, ainda não se enraizou com a profundidade alcançada nas sociedades do capitalismo central. E este é um aspecto que merece ser cuidadosamente estudado futuramente, porque poderá colocar os povos da “periferia” como vanguarda de uma sociedade do tempo livre.

7. Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez, 1995.
- _____. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.
- _____. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2005.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. São Paulo, Forense Universitária, 1981.
- AZNAR, Guy. *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo, Scritta, 1995.
- BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo, Cortez, 1991.
- BRIDGES, William. *Um mundo sem empregos*. São Paulo, Makron Books, 1995.
- CLEAVER, H. *Una lectura política de El Capital*. México, FCE, 1989.
- DE MASI, Domenico. *Desenvolvimento sem trabalho*. São Paulo, Esfera, 1999.
- FORTUNE. *De-jobbed worked*. 19.09.1994.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. São Paulo, Forense Universitária, 1982.
- _____. *Misérias del presente, Riqueza de lo posible*. Buenos Aires, Paidós, 1997.
- _____. *Metamorfoses do trabalho – crítica da razão econômica*. São Paulo, Annablume, 2003.
- FRAGA, Paulo Denisar. *O trabalho continua vivo – entrevista com Sérgio Lessa*. In: Revista Espaço Acadêmico, n. 52, setembro de 2005. (Entrevista disponível na página www.espacoacademico.com.br).
- GRUPO KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. In: Cadernos do LABUR número 02, Departamento de Geografia Urbana, FFLCH/USP, 1999.

- LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. São Paulo, Hucitec/Unesp, 1999.
- MAJNONI D' INTIGNANO, Béatric. *A fábrica de desempregados*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la crítica de la Economía Política (Gründrisse 1857-1858)*. México, Siglo XXI, Vol. I, 1978.
- OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade – problemas estruturais e perspectivas para o futuro da Sociedade do Trabalho*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *El empleo en el mundo 1996-97*. Ginebra, Oficina Internacional del Trabajo, 1996.
- _____. *Informe sobre el empleo en el mundo 1998-1999*. Ginebra, Oficina Internacional del Trabajo, 1998.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo, Nova Cultural, 1996.
- VIEIRA, Pedro A. *Control de la fuerza de trabajo y automatización de los medios de trabajo*. México, Facultad de Economía de la UNAM, 1995 [Tese de Doutorado].